

No. 50636*

**Brazil
and
Ukraine**

Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of Ukraine on partial abolition of visa requirements. Kiev, 2 December 2009

Entry into force: *30 October 2011, in accordance with article 10*

Authentic texts: *English, Portuguese and Ukrainian*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 15 April 2013*

*No UNTS volume number has yet been determined for this record. The Text(s) reproduced below, if attached, are the authentic texts of the agreement /action attachment as submitted for registration and publication to the Secretariat. For ease of reference they were sequentially paginated. Translations, if attached, are not final and are provided for information only.

**Brésil
et
Ukraine**

Accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de l'Ukraine relatif à la suppression partielle des formalités de visas. Kiev, 2 décembre 2009

Entrée en vigueur : *30 octobre 2011, conformément à l'article 10*

Textes authentiques : *anglais, portugais et ukrainien*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 15 avril 2013*

* Numéro de volume RTNU n'a pas encore été établie pour ce dossier. Les textes reproduits ci-dessous, s'ils sont disponibles, sont les textes authentiques de l'accord/pièce jointe d'action tel que soumises pour l'enregistrement et publication au Secrétariat. Pour référence, ils ont été présentés sous forme de la pagination consécutive. Les traductions, s'ils sont inclus, ne sont pas en form finale et sont fournies uniquement à titre d'information.

[ENGLISH TEXT – TEXTE ANGLAIS]

**AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC
OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF UKRAINE ON
PARTIAL ABOLITION OF VISA REQUIREMENTS.**

The Government of the Federative Republic of Brazil

and

The Government of Ukraine
(hereinafter referred to as "The Contracting Parties"),

Desiring to strengthen the bonds of friendship and co-operation between the two countries, and

Recognizing the need to facilitate mutual travel into each others territory by nationals of both countries:

Have agreed in the following terms:

Article 1.

Nationals of the Federative Republic of Brazil and nationals of Ukraine, holders of valid travel documents may enter, stay, transit through and leave the territory of the State of the other Contracting Party, without a visa, for tourism and business purposes only.

Article 2

The nationals mentioned in Article 1 of this Agreement may stay in the territory of the State of the other Contracting Party, without a visa, for a period not exceeding 90 (ninety) days during a period of 180 (one hundred eighty) days following the date of first entry.

Article 3

Nationals mentioned in Article 1 of this Agreement may enter, transit through and leave the territory of the State of the other Contracting Party at all border-crossing points open to international passenger traffic.

Article 4

The abolition of visa requirements introduced by this agreement does not exempt nationals of the State of one Contracting Party from the duty of complying with the laws and regulations in force in the territory of the State of the other Contracting Party concerning entry, transit, stay and departure of foreigners.

Article 5

This Agreement does not curtail the right of the State of either Contracting Party to deny entry or to shorten the duration of stay of nationals of the other Contracting Party considered undesirable.

Article 6

The Contracting Parties shall exchange through diplomatic channels specimens of their valid travel documents not later than 30 (thirty) days after the signature of this Agreement.

Article 7

In case of any modification in the valid travel documents, the Contracting Parties shall exchange their new specimens accompanied by detailed information on their applicability, through diplomatic channels, not later than 30 (thirty) days prior to its application.

Article 8

The Contracting Parties shall inform each other of any changes in their respective laws and regulations concerning entry, exit, transit, and stay of foreigners.

Article 9

For reasons of protection of national security, public order or public health, either Contracting Party may suspend the application of this Agreement in whole or in part. Any such suspension shall be notified to the other Contracting Party, at the earliest possible time, through diplomatic channels.

Article 10

1. This Agreement shall enter into effect 30 (thirty) days from the date of the receipt of the second diplomatic Note in which the Contracting Parties inform each other that the national legal requirements for entry into force of this Agreement have been met.
2. This Agreement may be modified in the event both Contracting Parties so desire. The amendments shall enter into force as mentioned in paragraph 1 of this article.
3. Each of the Contracting Parties may, at any time, denounce this Agreement sending a written notice through diplomatic channels. The denunciation will be effective 90 (ninety) days after the date on which such notice has been received.

Done at Kiev, on December 2nd 2009, in two originals, in Portuguese, Ukrainian and English languages, all texts being equally authentic. In case of any divergence of interpretation of this Agreement, the English text shall prevail.

FOR THE GOVERNMENT OF THE
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

FOR THE GOVERNMENT OF UKRAINE





[PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS]

**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DA UCRÂNIA SOBRE ISENÇÃO PARCIAL DE VISTOS**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da Ucrânia
(doravante denominados "As Partes Contratantes"),

Desejando intensificar os laços de amizade e cooperação entre ambos países; e

Reconhecendo a necessidade de facilitar as viagens entre seus territórios de nacionais de ambos os países.

Acordam o seguinte:

Artigo 1

Nacionais da República Federativa do Brasil e nacionais da Ucrânia, titulares de documentos de viagem válidos, poderão entrar, permanecer, transitar e sair do território do Estado da outra Parte Contratante, sem necessidade de visto, somente para fins de turismo e de negócios.

Artigo 2

Os nacionais a que se refere o Artigo anterior poderão permanecer no território do Estado da outra Parte Contratante, sem necessidade de visto, por um período não superior a noventa (90) dias durante um período de cento e oitenta (180) dias, contado da data da primeira entrada.

Artigo 3

Os nacionais mencionados no Artigo 1 do presente Acordo poderão entrar, atravessar em trânsito e sair do território do Estado da outra Parte Contratante em todos os pontos abertos ao tráfego internacional de passageiros.

Artigo 4

A dispensa de visto introduzida pelo presente Acordo não exime os nacionais do Estado de uma Parte Contratante da obrigação de cumprir as leis e regulamentos vigentes sobre entrada, trânsito, permanência e saída de estrangeiros no território da outra Parte Contratante.

Artigo 5

Este Acordo não limita o direito dos Estados de cada Parte Contratante de negar a entrada ou reduzir o prazo da permanência de nacionais da outra Parte Contratante considerados indesejáveis.

Artigo 6

As Partes Contratantes intercambiarão, por via diplomática, espécimes de seus documentos de viagem válidos, no prazo máximo de trinta (30) dias após a assinatura deste Acordo.

Artigo 7

Caso haja qualquer modificação nos documentos de viagem válidos, as Partes Contratantes intercambiarão, por via diplomática, os novos espécimes acompanhados de informação pormenorizada sobre suas características e usos, pelo menos trinta (30) dias antes de sua entrada em circulação.

Artigo 8

As Partes Contratantes informar-se-ão mutuamente sobre qualquer mudança nas respectivas leis e regulamentos sobre o regime de entrada, trânsito, permanência e saída de estrangeiros.

Artigo 9

Por razões de proteção da segurança nacional, ordem pública ou saúde pública, cada Parte Contratante poderá suspender, total ou parcialmente, a aplicação deste Acordo. A adoção de tal medida deverá ser notificada à outra Parte, por via diplomática, com a brevidade possível.

Artigo 10

1. O presente Acordo entrará em vigor trinta dias depois do recebimento da última notificação pela qual as Partes Contratantes comunicarem à outra o cumprimento dos requisitos legais internos necessários à entrada em vigor do presente Acordo.
2. O presente Acordo poderá ser modificado por entendimento mútuo entre as Partes Contratantes. As emendas entrarão em vigor nos termos do parágrafo 1 deste artigo.
3. Cada uma das Partes Contratantes poderá, a qualquer tempo, denunciar o presente Acordo, por via diplomática, mediante notificação escrita à outra Parte Contratante. A denúncia terá efeito noventa (90) dias depois da data de recebimento da notificação.

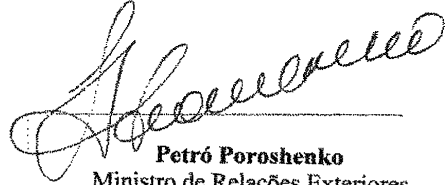
Feito em Kiev, em 2 de dezembro de 2009, em dois exemplares originais, nos idiomas Português, Ucraniano e Inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de qualquer divergência na interpretação deste Acordo, o texto em Inglês deverá prevalecer.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL



Antonio de Aguiar Patriota
Secretário-Geral do
Ministério das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA UCRÂNIA



Petró Poroshenko
Ministro de Relações Exteriores

[UKRAINIAN TEXT – TEXTE UKRAINIEN]

**УГОДА
МІЖ УРЯДОМ ФЕДЕРАТИВНОЇ РЕСПУБЛІКИ БРАЗИЛІЯ ТА УРЯДОМ УКРАЇНИ
ПРО ЧАСТКОВУ ВІДМОВУ ВІД ВІЗ**

Уряд Федеративної Республіки Бразилія та Уряд України (далі – Договірні Сторони),

бажаючи зміцнити зв'язки дружби та співробітництва між обома державами,

та визнаючи необхідність спрощення режиму взаємних поїздок громадян обох держав,

домовилися про таке:

СТАТТЯ 1

Громадяни України та громадяни Федеративної Республіки Бразилія, які користуються дійсними проїзними документами, можуть в'їжджати, перебувати, прямувати транзитом та виїжджати з території держави іншої Договірної Сторони без віз виключно для цілей туризму та бізнесу.

СТАТТЯ 2

Громадяни, зазначені в статті 1 цієї Угоди, можуть перебувати на території держави іншої Договірної Сторони без віз строком до 90 (дев'яносто) днів протягом 180 (сто вісімдесят) днів з дати першого в'їзду.

СТАТТЯ 3

Громадяни, зазначені в статті 1 цієї Угоди, можуть в'їжджати, прямувати транзитом та виїжджати з території держави іншої Договірної Сторони через усі пункти пропуску через державний кордон, відкриті для міжнародних пасажирських перевезень.

СТАТТЯ 4

Скасування візових вимог, що запроваджується цією Угодою, не звільняє громадян держав однієї Договірної Сторони від обов'язку дотримуватися чинного законодавства держави іншої Договірної Сторони стосовно порядку в'їзду, транзитного проїзду, перебування та виїзду іноземних громадян.

СТАТТЯ 5

Ця Угода не обмежує право будь-якої держави Договірної Сторони відмовити у в'їзді або скоротити строк перебування громадян держави іншої Договірної Сторони, яких визнано як небажаних осіб.

СТАТТЯ 6

Договірні Сторони дипломатичними каналами обмінюються зразками своїх дійсних проїзних документів, не пізніше ніж через 30 (тридцять) днів після підписання цієї Угоди.

СТАТТЯ 7

У випадку внесення будь-яких змін до дійсних проїзних документів, Договірні Сторони дипломатичними каналами обмінюються новими зразками документів разом з детальною інформацією про їх застосування не пізніше ніж за 30 (тридцять) днів до запровадження цих змін.

СТАТТЯ 8

Договірні Сторони повідомляють одна одній про будь-які зміни у своєму національному законодавстві стосовно в'їзду, виїзду, транзитного проїзду та перебування іноземних громадян.

СТАТТЯ 9

Кожна з Договірних Сторін з міркувань захисту національної безпеки, громадського порядку або здоров'я громадян може зупинити дію цієї Угоди або її окремих положень. Про будь-яке таке зупинення, одна Договірна Сторона негайно повідомляє іншій дипломатичними каналами.


СТАТТЯ 10

1. Ця Угода набирає чинності через 30 (тридцять) днів з дати отримання другої з нот, в яких Договірні Сторони повідомляють одна одній про виконання всіх внутрішньодержавних процедур, необхідних для набрання цією Угодою чинності.
2. За взаємною згодою Договірні Сторони можуть уносити зміни та доповнення до цієї Угоди. Внесені зміни та доповнення набирають чинності в порядку, передбаченому в пункті 1 цієї статті.
3. Кожна з Договірних Сторін може будь-коли денонсувати цю Угоду, повідомивши про це іншій Договірній Стороні дипломатичними каналами. Денонсація набирає чинності через 90 (дев'яносто) днів після отримання такого повідомлення.

На посвідчення чого ті, що підписалися нижче, належним чином уповноважені своїми Урядами, підписали й скріпили печатками цю Угоду.

Учинено в м. Київ 2 грудня 2009 року, у двох примірниках, кожний португальською, українською та англійською мовами, при цьому всі тексти є автентичними. У випадку будь-яких розбіжностей щодо тлумачення Угоди, перевага надається англійському тексту.

За Уряд
Федеративної Республіки
Бразилія



За Уряд
України

